

Relatório de Administração

Em cumprimento às disposições legais, submetemos a vossa apreciação as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2017. Dois Irmãos RS, 06 Março de 2018. A Direção.

Balanco Patrimonial (Em milhares de Reais)

	2017	2016	2017	2016
ATIVO				
Disponibilidades	324	1.335		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	69.124	73.721		
Títulos e valores mobiliários (nota 4)	1.105	1.766		
Operações de crédito	120.253	103.055		
Operações de crédito setor privado (nota 5)	135.053	115.292		
Provisão p/ oper. créd. liquid. duvidosa (nota 5)	(14.800)	(12.237)		
Outros créditos	40.692	40.692		
Adiantamentos diversos	21	5		
Impostos e contr. a compensar (nota 6)	344	344		
Títulos e créditos a receber (nota 5)	43.920	43.182		
Provisão p/ outros créditos (nota 5)	(5.663)	(4.350)		
Devedores diversos	1.445	1.511		
Despesas antecipadas	440	153		
Despesas antecipadas	440	153		
Total do ativo circulante	231.313	220.722		
Realizável a longo prazo	7.229	4.676		
Operações de crédito	3.853	2.348		
Operações de crédito setor privado (nota 5)	4.195	2.381		
Provisão p/ oper. créd. liquid. duvidosa (nota 5)	(342)	(33)		
Outros créditos	3.376	2.328		
Títulos e créditos a receber (nota 5)	3.117	1.942		
Provisão para outros créditos (nota 5)	(18)	(10)		
Devedores p/ depósito garantia	277	396		
Permanente	202	210		
Imobilizado de uso	122	133		
Imobilizações de uso	223	206		
Depreciações acumuladas	(101)	(73)		
Intangível	80	77		
Intangível	149	121		
Amortização acumulada	(69)	(44)		
Total do ativo não circulante	7.431	4.886		
Total do ativo	238.744	225.608		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em milhares de Reais

	Capital social	Reserva Legal	Reserva estatutária	Lucros ou Prej. acum.	Totais
Saldos em 1º de janeiro de 2016	35.000	2.838	28.407	-	66.245
Lucro líquido do período	-	-	-	9.283	9.283
Destinação:	-	-	-	(4.968)	(4.968)
Reserva Legal	-	216	-	(216)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(4.968)	(4.968)
Aumento de Capital AGE Nº13 de 27 de dezembro de 2016	32.000	-	(28.335)	-	3.665
Reserva estatutária	-	-	4.099	(4.099)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	67.000	3.054	4.171	-	74.225
Mutações do período	32.000	216	(24.236)	-	7.980
Saldos em 31 de dezembro de 2016	67.000	3.054	4.171	-	74.225
Lucro líquido do período	-	-	-	7.813	7.813
Destinação:	-	-	-	(126)	(126)
Reserva legal	-	126	-	(126)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(5.288)	(5.288)
Reserva estatutária	-	-	2.399	(2.399)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	67.000	3.180	6.570	-	76.750
Mutações do período	32.000	126	2.399	-	35.525
Saldos em 30 de junho de 2017	67.000	3.218	7.272	-	77.490
Lucro líquido do período	-	-	-	1.905	1.905
Destinação:	-	-	-	(38)	(38)
Reserva legal	-	38	-	(38)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(2.645)	(2.645)
Reserva estatutária	-	-	(702)	702	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	67.000	3.180	6.570	-	76.750
Mutações do período	-	(38)	(702)	-	(740)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Encerradas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - Em milhares de Reais

1 Contexto operacional: A HS Financeira S.A., Crédito, Financiamento e Investimentos, ("Financeira"), com sede em Dois Irmãos/RS tem como objeto social a realização de empréstimo e financiamento para a aquisição de bens e serviços, para capital de giro, captação de recursos e desconto de títulos. **2 Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conjunto com as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen). A apresentação destas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 02 de março de 2018. **3 Descrição das principais práticas contábeis:** Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, destacamos: **a. Aplicações Interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, de acordo com as taxas pactuadas com as respectivas instituições financeiras e não superior ao valor de mercado. **b. Títulos e valores mobiliários** - De acordo com a Circular nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, do Bacen, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **1. Títulos para negociação** - Adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. **2. Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários. **3. Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **c. Operações de crédito, créditos com características de operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa** - As operações estão classificadas de acordo com as características de garantia e os valores individuais envolvidos, e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foi definida para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN. As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas depois de seis meses de sua classificação no *rating "H"*, desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito baixadas para prejuízo ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo registradas posteriormente. As vendas de operações de crédito vendidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa está constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais perdas, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. **d. Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo** - Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e dos encargos decorridos. **e. Ativo permanente** - Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações/amortizações acumuladas a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil-econômica fixadas por espécie de bens. **f. Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo** - São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. **g. Provisão para o imposto de renda e a contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240 (mil) (R\$ 120 (mil) quando trimestral), e a provisão para a contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% até 31 de agosto de 2015, a partir dessa data passou a ser 20%. Confor-

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)

	2º semestre de 2017			2º semestre de 2016		
	2017	2017	2016	2017	2017	2016
Receitas da intermediação financeira	32.292	65.248	65.138			
Operações de crédito (nota 14)	29.177	57.811	55.681			
Rendimentos aplicação interfinanceira de liquidez	3.115	7.437	9.457			
Despesas da intermediação financeira	(19.023)	(35.880)	(35.221)			
Operações de captação no mercado	(4.948)	(11.644)	(13.860)			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.075)	(24.236)	(21.361)			
Resultado bruto da intermediação financeira	13.269	29.368	29.917			
Outras receitas/despesas operacionais	(8.241)	(15.353)	(16.069)			
Rendas de prestação de serviços (nota 15)	1.626	3.168	2.203			
Despesas de pessoal	(1.570)	(3.116)	(3.258)			
Outras despesas administrativas (nota 16)	(6.563)	(12.363)	(12.301)			
Despesas tributárias	(1.300)	(2.549)	(2.392)			
Despesas deprec./amortização	(31)	(60)	(56)			
Resultado líquido antes do imposto de renda e contribuição social	3.117	6.196	4.563			
Contribuição Social	(447)	(704)	(352)			
Provisão para contingências	23.634	49.252	49.476			
Lucro líquido ajustado	(37.409)	(77.281)	(52.174)			
Variáveis nos ativos e nos passivos	(37.409)	(77.281)	(52.174)			
Varição em operações de créditos	(28.017)	(43.532)	(39.483)			
Varição em despesas antecipadas	295	(287)	2.093			
Varição em outros créditos	413	169	(60)			
Varição em aplicações Interfinanceiras	(4.830)	(21.818)	(17.340)			
Variação líquida	12	13	8			
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	3.117	6.196	4.563			
Provisão para contingências	(447)	(704)	(352)			
Lucro líquido do período	1.905	7.813	9.283			
Fluxos de caixa das atividades operacionais	1.905	7.813	9.283			
Fluxos de caixa das atividades operacionais	1.905	7.813	9.283			
Varição em recursos e aceites cambiais	(4.222)	(6.900)	919			
Varição em outras obrigações	1.436	634	5.757			
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.484)	(5.547)	(4.600)			
Caixa proveniente das atividades operacionais	(3.375)	(4.000)	(3.204)			
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	(13.775)	(28.029)	(3.238)			
Aquisição de ativo permanente	-	(16)	(58)			
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(13.775)	(28.029)	(3.238)			
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(13.791)	(28.087)	(3.352)			
Saldo das disponibilidades (caixa) no início do período	45.186	59.482	62.834			
Saldo das disponibilidades (caixa) no fim do período	31.395	31.395	59.482			
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(13.791)	(28.087)	(3.352)			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

	2º semestre de 2017			2º semestre de 2016		
	2017	2017	2016	2017	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais	1.905	7.813	9.283			
Ajustes ao lucro líquido						
Depreciação e amortização	25	53	47			
Despesa para crédito de liquidação duvidosa	14.074	24.237	21.363			
Provisão Aceites Cambiais	4.948	11.644	13.860			
Perda por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado	12	13	8			
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	3.117	6.196	4.563			
Provisão para contingências	(447)	(704)	(352)			
Lucro líquido ajustado	23.634	49.252	49.476			
Variáveis nos ativos e nos passivos	(37.409)	(77.281)	(52.174)			
Varição em operações de créditos	(28.017)	(43.532)	(39.483)			
Varição em despesas antecipadas	295	(287)	2.093			
Varição em outros créditos	413	169	(60)			
Varição em aplicações Interfinanceiras	(4.830)	(21.818)	(17.340)			
Variação líquida	12	13	8			
Saldo inicial	16.630	16.588	16.588			
Saldo final	28.823	28.823	28.823			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						

do de 2017, foram registrados juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 5.288 mil (R\$ 4.968 mil em 2016), R\$ 2.645 mil para o exercício findo de 2017, obedecendo a limites definidos pela legislação fiscal. Para fins de divulgação e adequação aos princípios contábeis, a despesa referente aos respectivos juros foi revertida da demonstração do resultado da linha de outras despesas operacionais para a conta de lucros ou prejuízos acumulados na demonstração do patrimônio líquido, conforme determina a Circular nº 2.739/97 do Banco Central do Brasil. **11 Saldos e transações com partes relacionadas:** A seguir, apresentamos um sumário das transações com partes relacionadas:

	Ativos/Passivos	Receitas/Despesas
	2017	2016
Depósitos a prazo	30.313	36.327
HS Administradora de Consórcios	13.365	12.517
Herval Corretora de Seguros	317	4.804
Ligadas Pessoas Físicas	16.631	19.006
Devedores diversos	1.407	1.481
HS Administradora de Consórcios	2	4
Global Distrib. Bens Consumo	1.405	1.477
Credores diversos	31.704	31.233
Sole Distribuidora de Bens de Consumo	24	34
Herval Indústria de Móveis	41	59
Global Distrib. Bens Consumo	31.639	31.140
Sociais e estatutárias	4.859	364
Ligadas Pessoas Físicas	4.859	364
Remuneração dos administradores		
Os semestres findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os benefícios proporcionados pela Financeira na forma de remuneração fixa, conforme as responsabilidades de seus Administradores, estavam assim compostos:		
	2017	2016
Remuneração	267	280
Encargos sociais	69	72
Total	336	352

12 Patrimônio líquido: a. Capital social - O capital da Financeira é de R\$ 67.000 mil (R\$ 67.000 mil em 2016), composto por 67.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no País, sendo totalmente subscrito e integralizado pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação. **b. Reservas de lucros** - A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva estatutária em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 6.570 mil (R\$ 4.171 mil em 2016), corresponde aos saldos remanescentes dos lucros acumulados à disposição da Assembleia Geral Ordinária, conforme prevista no art. 17º do Estatuto Social. A referida reserva visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Financeira, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado. **c. Reserva Legal** - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **13 Imposto de renda e contribuição social:** Demonstamos, abaixo, a apuração do imposto de renda e da contribuição social: **a. Imposto de renda e contribuição social correntes**

	2º semestre de 2017		
	2017	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.377	8.721	8.877
Efeito das adições e das exclusões no cálculo dos tributos	2.715	3.259	1.510
Diferenças temporárias de provisões	3.938	3.489	456
(-) Exclusões por perdas fiscais	(1.733)	(740)	966
Adições permanentes	510	510	88
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	5.092	11.980	10.387
Imposto de renda à alíquota de 25%	1.273	2.995	2.597
Contribuição social à alíquota de 20% (i)	1.018	2.396	2.077
Efeito imposto de renda adic. 10% acima de R\$ 20 milhões	(12)	(24)	(24)
(-) Deduções por incentivos fiscais	(134)	(143)	(88)
Outras adições			

Continuando	2º semestre		
	de 2017	2017	2016
16 Outras despesas administrativas	1.708	3.281	3.522
Despesa de processamento de dados	1.153	2.237	1.862
Despesa de serviços do sistema financeiro	954	2.133	2.160
Despesa de cobrança	1.054	2.081	1.881
Despesa de serviços de terceiros	909	1.604	1.495
Despesa de comunicações	338	584	602
Outras despesas administrativas			
Despesa de serviços técnicos especializados	294	567	466
Despesa de contribuições filantrópicas ...	125	125	88
Despesas com aluguéis	35	69	66
Despesa de publicação	9	39	27
Despesa de material	19	37	64
Despesas de água, energia e gás	13	29	32
Despesa de propaganda	9	16	13
Despesa de viagem no País	4	11	14
Despesa de transportes	4	9	7
Despesa de manutenção conservação de bens	1	1	1
Despesa de seguros	-	1	1
Despesas c/contingência civil	(66)	(461)	-
Total	6.563	12.363	12.301

17 Outras receitas e despesas operacionais	2º semestre		
	de 2017	2017	2016
Outras rendas operacionais	165	165	152
Outras despesas operacionais	(568)	(598)	(417)
Total	(403)	(433)	(265)

18 Limite operacional (Acordo de Basileia): Em 31 de dezembro de 2017, a Financeira encontra-se enquadrada nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com o Índice de Basileia em 34,06%, a Financeira possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 9,875% para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 3.444/07 e nº 3.490/07 do CMN e demais normativos complementares. A Financeira possui o capital mínimo requerido pelo Bacen conforme Resolução nº 2.697/99. **19 Gerenciamento do risco:** Os acionistas e os administradores consideram a gestão de riscos um instrumento essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e para a escolha das oportunidades de negócios, no sentido de obter a melhor da Diretoria de Riscos, que tem por finalidade obter, de modo consolidado, o melhor entendimento e controle dos riscos inerentes aos seus negócios. Considerando os benefícios adquiridos por meio de uma efetiva gestão de riscos, principalmente em melhores decisões e alta performance operacional do gerenciamento de riscos, a HS Finan-

ceira S.A. - CFI, em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos, permanentemente tem desenvolvido políticas, sistemas e controles internos para a mitigação de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos, adequando processos e rotinas às modalidades operacionais. • **Risco de crédito** - As políticas de gestão de risco de crédito baseiam-se em critérios de classificação de clientes, análise da evolução da carteira, níveis de inadimplência e taxas de retorno. Para proteger a Financeira de perdas decorrentes de operações de crédito, a HS Financeira constitui provisões para perdas de crédito para cada operação, considerando a classificação do cliente e a condição de atraso da operação. • **Risco de liquidez** - A política de gestão do risco de liquidez visa a assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos da HS Financeira estejam continuamente avaliados e estabelece parâmetros mínimos de caixa a ser observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa a mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas. Até o momento, a Financeira vem utilizando captação dentro do próprio grupo econômico, mitigando ainda mais este risco de liquidez, visto que o grupo possui recursos próprios para financiar as operações da Financeira. • **Risco de mercado** - A HS Financeira emprega uma política conservadora no gerenciamento do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar

as volatilidades e as correlações que venham a impactar a dinâmica de preços dos seus itens patrimoniais. Nesta linha, a Financeira nomeou um diretor específico para controlar as relações desta com o mercado em geral. • **Risco operacional** - A HS Financeira adota uma postura crítica para uma gestão de risco operacional independente, por meio da identificação e da revisão dos riscos e do monitoramento dos incidentes, implementando controles que permitam a melhoria contínua dos processos, a maximização da eficiência no uso do capital e na escolha das oportunidades de negócio.

Diretoria

José Agnelo Seger

Diretor Presidente

CPF 138285250-91

Darci Seger

Diretor

CPF 150885960-49

Germano Grings

Diretor

CPF 432753030-15

Jerri Eduardo Luft

Contador

CRC RS-079444/O-2

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores e aos acionistas da HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos Dois Irmãos - RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financeira continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, pos-

sam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divul-

gações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 02 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

KPMG

Wladimir Omiechuk
Contador CRC RS-041241/O-2